



21/05/2008 – Senado

Senadores defendem mudanças na legislação de direitos autorais

[Tweeta](#) 0 [Curtir](#) 0

Na CE, Araújo Novaes Neto, Bitelli, Annenberg, Papaléo, Marcos de Souza (Minc), Ícaro Martins (cineasta) e João Moreirão de Magalhães

A legislação sobre a cobrança de direitos autorais deve ser rapidamente revista, na opinião dos senadores que participaram ontem de audiência sobre o tema. "Do jeito que está não pode ficar", reagiu Gerson Camata (PMDB-ES) após a exposição dos convidados para o debate.

Durante a reunião, foram feitas duras críticas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). A audiência pública foi promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Camata sugeriu ao professor Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli que elabore para a CE uma proposta de modificação da norma atual. A sugestão foi logo aceita por Flávio Arns (PT-PR), que presidia a reunião. Papaléo Paes (PSDB-AP) também disse ser necessário tornar a lei mais justa.

Professor da PUC de São Paulo, Bitelli definiu o conflito resultante da aplicação da atual legislação como um "choque de dois mundos". A lei foi feita para a música, recordou, mas o mundo atual seria dominado pelo audiovisual. Segundo o especialista, a TV Globo entrou na Justiça contra o Ecad pela cobrança do percentual de 2,5% sobre o seu faturamento, e apenas um grande grupo exibidor de cinema – Luiz Severiano Ribeiro – estaria efetuando o pagamento, por decisão judicial.

No início da audiência, que foi aberta por Paulo Paim (PT-RS), o diretor da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), José de Araújo Novaes Neto, classificou como uma "grande distorção" o fato de os direitos autorais sobre músicas estrangeiras serem sete vezes maiores do que os pagos por músicas brasileiras.

O presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, disse que não se pode estabelecer um único percentual – de 2,5%, no caso – sobre o faturamento global das empresas do setor, uma vez que muitas atividades das televisões por assinatura não teriam nada a ver com direitos autorais.

Denúncia

A atuação do Ecad foi defendida pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Francisco João Moreirão de Magalhães, que acusou as grandes gravadoras de serem as fornecedoras de 80% das cópias de CDs que abastecem o mercado pirata. A afirmação levou Arns a anunciar o envio de uma denúncia à Polícia Federal, com a aprovação da comissão.